

Mulheres do Campo de Minas Gerais: trajetórias de vida, de luta e de trabalho com a terra

Marina Alves Amorim
Organizadora

Belo Horizonte
Fundação João Pinheiro | 2017



Governo do Estado de Minas Gerais

Governador | Fernando Damata Pimentel

Vice-Governador | Antônio Andrade

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão | Helvécio Miranda Magalhães Júnior

Fundação João Pinheiro

Presidente | Roberto do Nascimento Rodrigues

Vice-Presidente | Daniel Lisbeni Marra Fonseca

| Unidades Administrativas

Diretoria de Cultura, Turismo e Economia Criativa | Bernardo da Mata Machado

Diretoria de Estatística e Informações | Júnia Santa Rosa

Diretoria de Informação Territorial e Geoplataformas | Daniel Lisbeni Marra Fonseca

Diretoria de Planejamento Gestão e Finanças | Josiane Vidal Vimeiro

Diretoria de Políticas Públicas | Ana Paula Salej Gomes

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho | Leticia Godinho de Souza

| Unidade Administrativa Responsável

Diretoria de Políticas Públicas | Ana Paula Salej Gomes

M956 Mulheres do campo de Minas Gerais : trajetórias de vida, de luta e de trabalho com a terra / organizado por Marina Alves Amorim. – Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro, 2017.
348 p. : il. + 1 CD-ROM + 12 livretos – (Sempre-vivas ; 1)

O CD-ROM contém 8 vídeos do programa “Mulhere-se” na série especial “Mulheres do Campo de Minas Gerais”.

Os 12 livretos infantis tratam da temática “Mulheres do campo”.

ISBN 978-85-85930-70-7

1. Biografia. 2. Mulheres do campo – Minas Gerais. I. Amorim, Marina Alves. II. Fundação João Pinheiro. III. Série.

CDD 920

CDU 929

Ana Paula Salej

Leticia Godinho de Souza

Nícia Raies Moreira de Souza

Clarice Gonçalves Santos do Vale

Thaís de Freitas Valério

As memórias das doze mulheres, aqui recuperadas, possuem vários pontos em comum. Observadas em seu conjunto, demonstram um dos potenciais da biografia coletiva: evidenciar questões que dizem respeito a uma dada população, em sua dinâmica social e política. Ao resgatar as trajetórias de cada uma dessas trabalhadoras rurais, resgatamos assim a vivência e experiência de um grupo, não só daqueles indivíduos. O objetivo deste posfácio é, assim, destacar as características comuns ao grupo estudado e relacioná-las a aspectos gerais relativos às mulheres do campo de Minas Gerais e do Brasil.

Em específico, buscaremos lançar luz a dimensões da vida das mulheres do campo, a saber: o trabalho na agricultura; a relação com a terra e, sobretudo, com a produção agrícola; a importância da agroecologia na vida de algumas delas; a relação com os homens e a construção da autonomia da mulher do campo; as formas de organização e participação política; desafios atinentes às políticas públicas para a mulher do campo. Cada um deles será explorado a seguir, após esta breve introdução.

É relevante mencionar que a pesquisa que gerou esta publicação foi encomendada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais (SEDA/MG), órgão criado pelo Governo do Estado em março de 2015, como uma resposta às demandas dos movimentos sociais ligados ao campo, em especial, a Articulação de Mulheres do Campo de Minas Gerais. Nesse contexto, a Secretaria pautou suas ações dirigindo-se principalmente para o público-alvo das/dos agricultores familiares, além dos povos e comunidades tradicionais e dos atingidos por grandes

empreendimentos. “Promover a cidadania e a dignidade da vida no campo, com foco na redução das desigualdades sociais e regionais” e “fortalecer o diálogo entre as agricultoras e agricultores familiares e o governo” passaram a constituir objetivos propagados pelo órgão recém-criado. Para alcançá-los, colocaram-se como fundamentais melhorar a situação das mulheres do campo, reduzindo a desigualdade de gênero no meio rural, e fomentar sua autonomia econômica.

Com efeito, são grandes e complexos os desafios para se alcançar, na prática, a igualdade de gênero no Brasil e em Minas Gerais, principalmente se tratando das mulheres rurais. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Minas Gerais era, no ano de 2015, de 20,9 milhões de habitantes, sendo 50,78% deles mulheres (no Brasil, as mulheres representavam 51,48% da população, nesse mesmo ano). A população rural representava, nesse universo, 15,99% da população estadual (e 15,28% da população nacional). A representatividade das mulheres no campo era, contudo, inferior à geral: 46,45% em Minas Gerais e 47,75% no Brasil (IBGE, 2015). Ou seja, enquanto que, no Estado, para cada 1000 homens, 1031 são mulheres; nas áreas rurais mineiras, para cada 1000 homens, 867 são mulheres. Esses dados evidenciam que o campo é um espaço onde os homens são maioria. Essa prevalência, somada a fatores culturais decorrentes da estrutura patriarcal, tornam o desafio das mulheres que ali habitam ainda mais intenso.

Dois dos pilares da dominação patriarcal são, justamente, a organização sexual da sociedade, a hierarquização entre homens e mulheres e do trabalho desempenhado por eles. Da naturalização de que homens e mulheres possuem capacidades diferentes para o trabalho e do entendimento de que há uma designação por gênero para cada tipo de atividade, o trabalho masculino acaba por se colocar como superior ao feminino, conseqüentemente, mais bem remunerado e reconhecido. Assume-se como natural o isolamento das mulheres ao espaço doméstico, impedindo que alcancem lugar e reconhecimento no mundo público.

No que diz respeito a essa divisão sexual do trabalho, pode-se mobilizar os dados do IBGE (2010; 2015) com respeito à taxa de atividade no contexto brasileiro, ou seja, a população em idade ativa que está trabalhando ou procurando emprego. Essa é maior entre homens (75,7% para o caso brasileiro; 56,23% para o caso do estado de MG) do que entre mulheres (54,6%

para o caso brasileiro; 43,77% para o caso do estado de MG). A divisão sexual do trabalho fica ainda mais evidente quando comparamos essa taxa entre mulheres no contexto urbano (56% para o Brasil; 63,3% para Minas Gerais) e rural (45,5% para o Brasil; 36,7% para Minas Gerais).

Em geral, os homens do campo relacionam-se diretamente às atividades econômicas que geram emprego e renda, enquanto as mulheres do campo ocupam-se em atividades voltadas ao autoconsumo da família. Não por coincidência as mulheres do campo constituem 64% do total de mulheres brasileiras que não recebem remuneração. Segundo BUTTO (2014), isso ocorre especialmente porque se percebe a mulher como incapaz de lidar com as atividades de produção e/ou comercialização da produção.

No entanto, apesar do trabalho das mulheres do campo ser realizado principalmente no âmbito doméstico, costumam ser atividades consideradas “tipicamente” produtivas, mas que, por serem realizadas por mulheres, são majoritariamente percebidas como “ajuda” ao trabalho masculino ou como extensão do trabalho doméstico¹.

1 O trabalho e a “produção”

A biografia coletiva evidenciou que, via de regra, o trabalho na terra tem início na infância para as mulheres rurais. Elas aprenderam com os pais e avós a lidar com a terra; herdaram ferramentas e utensílios de trabalho, mas, acima de tudo, o conhecimento. O patrimônio imaterial é de extrema importância, especialmente nos quilombos.

A produção, por sua vez, é diversificada: pomar, horta, plantação. Garantem, com isso, frutas, verduras, legumes e grãos. A variedade, normalmente, é grande, mas se observa o tempo apropriado de cada cultura. Logo, produzem um pouco de tudo dependendo da localidade. A criação de animais também é usual.

A produção para o consumo prevalece e nem todas as mulheres produzem para comercializar. Um dos grandes gargalos para a pequena produtora rural, quando essa possibilidade se coloca, é o escoamento e a comercialização da produção.

¹ Também são exemplificativos os dados relativos à chefia dos domicílios em 2006. Os domicílios urbanos chefiados por mulheres representam 34,33% no Brasil e 31,39% em Minas Gerais. No âmbito rural, eles correspondem a 17,29% no país e 16,40% no estado (IBGE, 2006).

Há configurações distintas no que se refere à comercialização da produção. A legislação sanitária e as exigências para certificação dos produtos são, reiteradamente, dificultadores para a entrada da pequena produtora no comércio local. O ponto de diferenciação parece estar, de um lado, na inserção da trabalhadora na comunidade, que pode lhe permitir acesso ao mercado local (é o caso de Dona Nenzinha); e de outro, no movimento do qual faz parte. Alguns desses movimentos têm uma rede de comercialização local (como no caso de Eliete). Seja como for, depende de sua inserção política ou pública.

As feiras municipais são espaços públicos importantes e que permitem a comercialização da produção. Parte dos movimentos estudados tem uma rede de comercialização nacional, o que contribui para escoamento da produção para locais mais distantes e para o estabelecimento de controles referentes à produção, que devem se adequar às exigências das instâncias governamentais. A criação de cooperativas também tem sido uma estratégia de produção e comercialização para várias delas.

Em contrapartida, no que se refere às trabalhadoras que não logram inserir-se no mercado, o trabalho na terra, especialmente nas hortas, gera produtos de qualidade para o consumo próprio e para troca ou doação de excedentes para os vizinhos e para a comunidade local. Pode-se notar, a esse respeito, o desenvolvimento de um espírito cooperativo entre as famílias que extrapola a troca capitalista. A produção para o autoconsumo e a troca não são atividades “monetizadas”, o que pode ser avaliado como positivo desse ponto de vista. De outro, leva à invisibilidade da contribuição econômica dessas mulheres. Portanto, há uma contribuição econômica que é efetiva, mas não mensurada.

Essa é a constatação majoritária da literatura sobre as mulheres camponesas (Cf. Di Sabatto et alii, 2009; Butto et alii, 2014). Historicamente, as mulheres sempre participaram da produção, mas, em geral, não possuem acesso aos rendimentos advindos da comercialização. Em consequência, encontram-se reduzidas as possibilidades de reivindicação de sua importância no meio familiar e os instrumentos de luta por igualdade de condições e poder, em especial, com relação a seus companheiros. Isso porque, se a renda não garante, por si só, a autonomia das mulheres, ela altera paulatinamente as interações no interior da família (Butto, 2009).

Segundo Léon (2010, *apud* Nobre, 2012), para darmos visibilidade à contribuição das mulheres camponesas é essencial “avançar em visões integrais da economia que recuperem um conjunto das relações e dos recursos que são mobilizados nos ciclos de produção, reprodução e criação de riqueza que não estão circunscritos ao mercado ou ao que se troca por dinheiro” (NOBRE, 2012, p.51).

Os dados seguintes evidenciam que o trabalho das mulheres do campo que gera mercadoria para troca ou consumo não gera dinheiro, assim como o trabalho que não gera mercadoria:

Em 2008, somente 3% das mulheres ocupadas no setor não agrícola não tinham rendimentos. [...] Em contraposição, no setor agrícola, 28,5% das mulheres ocupadas com 15 anos ou mais não tinham rendimento no ano de 2008. [...] A situação é mais comum na agricultura familiar (IPEA, 2010, p.59).

Dados da PNAD de 2015 mostram que os trabalhadores sem rendimentos representam 16,10% das pessoas de 15 anos ou mais, economicamente ativas, nos domicílios rurais. Esse percentual aumenta para 23,81% se considerarmos somente as mulheres nessas mesmas condições. Em uma sociedade “hegemonizada” pelas relações de mercado, Nobre (2012) reforça que o acesso à renda monetária é fator determinante do empoderamento pessoal e até mesmo da menor vulnerabilidade à violência doméstica. A renda permite acesso a produtos e serviços, não providos pelo Estado ou pela vida em comunidade, assim como fatores de produção, aparelhos domésticos e de comunicação.

Com efeito, a introdução do sistema capitalista resultou na noção de que só é trabalho aquilo que pode ser trocado no mercado; ou seja, o trabalho socialmente legitimado constitui-se na esfera pública (de produção), onde é capaz de obter remuneração e reconhecimento. Em consequência, o trabalho doméstico e do âmbito do cuidado, realizado na esfera privada (de reprodução), não se considera “produtivo” e/ou relevante, torna-se inábil à obtenção de remuneração e reconhecimento. Não se faz evidente que o trabalho voltado para o autoconsumo das famílias viabiliza as demais atividades de produção e comercialização (Di Sabatto, 2009).

Consequentemente, as mulheres do campo nem sempre alcançam a independência econômica, a despeito de sua extensa e intensa jornada de trabalho. Como, em muitos casos, a produção não é comercializada, mas sim consumida pela própria família ou trocada por algo que será consumido pela família, elas não dispõem de dinheiro para comprar coisas para si e precisam recorrer sempre aos maridos. Ainda quando vendem o excedente ou desempenham outra atividade – costuram, fazem quitandas, doces, farinha, queijo ou outros – geralmente, a renda é revertida para a família. Torna-se evidente, portanto, que a conquista da autonomia econômica depende não somente de questões mercadológicas, mas também de questões culturais. Muitas mulheres não têm noção do valor econômico de sua contribuição; outras se intitulam “ajudantes” do companheiro, colocando-se em uma posição secundária e submissa. Logo,

Os desafios para promover a autonomia econômica feminina podem ser sintetizados em um tripé: produção, comercialização e organização das mulheres. Frente a isso, é fundamental fortalecer estratégias de comercialização que articulem o autoconsumo, a doação, a troca, as feiras e os grupos de compra com a ampliação do acesso às políticas de mercado institucional, para que haja maior possibilidade de as mulheres terem controle sobre o próprio trabalho (SEMPREVIVA..., 2016, p. 36).

A construção da autonomia dessas mulheres parece se vincular à participação junto aos movimentos e às organizações políticas. Por um lado, o trabalho remunerado, apropriado ou não pelo núcleo familiar, não é suficiente para gerar uma autonomização das mulheres das condições subalternas no interior das famílias. Isso a despeito de todas começarem a trabalhar na infância, ou quando muito, na adolescência; de os pais e avós serem as figuras de referência das mulheres para o início dos trabalhos na roça; de sua trajetória também contar com uma multiplicidade de inserções que objetivam complementação da renda, geralmente nos serviços domésticos remunerados. Mas a grande guinada na vida dessas mulheres se dá quando da participação nos movimentos, que abrem novas perspectivas de valorização de seus trabalhos e reflexão sobre suas relações familiares e sociais. A participação social e política lhes dá abertura para a reconfiguração de sua liberdade.

A rotina diária das trabalhadoras do campo conta com várias jornadas de trabalho, em que figuram a lida com a terra, o trabalho doméstico não remunerado e a militância política. Conflitos surgem quando os papéis se

sobrepõem àqueles esperados pela condição feminina tradicional. Além da família imediata, sofrem pressão por parte do entorno da comunidade e da família extensa. O trabalho das mulheres não é problema para esse estrato social. Ao contrário das mulheres dos estratos mais baixos das áreas urbanas, o casamento não interrompe a vida de trabalho na agricultura e na produção. Elas continuam a cuidar da terra, da família, fazem faxinas remuneradas. Em contrapartida, participar da esfera pública, da militância, gera desconforto tanto nos pares quanto na comunidade mais ampla, que se valem de diversas estratégias para desestimular a participação na esfera pública.

A mudança nas relações familiares é essencial para que possam continuar a atuar nos movimentos sociais. Em todo caso, há mudanças. Em alguns casos, há apenas a aceitação do parceiro; em outros, alcançam seu pleno apoio. A pressão também vem dos filhos que são levados por elas a reuniões, viagens, acampamentos ou ficam em casa com os pais; mas que repetem chavões e perguntas que escutam de adultos criados e embebidos na cultura patriarcal.

2 A terra

São pequenas propriedades, mas em situações diversas. Em sua maioria, de propriedade do casal. Nesse caso, quando proprietários, receberam de herança de pais ou avós. Poucas famílias compraram seu pedaço de terra. Várias estão em comunidades quilombolas, reconhecidas ou em processo de titulação. Há aquelas que são assentadas e ainda as que se encontram em áreas que são propriedade de outro membro da família (sogro, por exemplo). Não são raros os casos que possuem problemas de documentação. Há casos de propriedades urbanas (quintais produtivos).

Os dados disponíveis mostram que nos estabelecimentos que têm mulheres como dirigentes, geralmente, a condição prevalecente dessas mulheres é de proprietário da terra: 75,88% no Brasil e 87,25% em Minas. Destaca-se ainda que a proporção de mulheres dirigentes é mais significativa em situações em que a propriedade terra é mais precária: produtor sem área, ocupante ou assentado sem titulação. Nesses três casos, a proporção de mulheres dirigentes é superior à total, seja para Brasil ou para Minas Gerais (ver tabelas 1 e 2 abaixo).

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários e proporção, por sexo da pessoa que o dirige, segundo a condição do produtor – Brasil e Minas Gerais – 2006

Condição do Produtor	Brasil			Minas Gerais		
	Quant.	Sexo do Dirigente		Quant.	Sexo do Dirigente	
		Mulher %	Homem %		Mulher %	Homem %
<i>Total</i>	5 175 636	12,68	87,32	551 621	10,76	89,24
<i>Proprietário</i>	3 946 411	12,62	87,38	476 184	10,88	89,12
<i>Assentado sem titulação definitiva</i>	189 193	12,51	87,49	7 587	11,68	88,2
<i>Arrendatário</i>	230 121	6,98	93,02	14 570	3,70	96,30
<i>Parceiro</i>	142 534	7,81	92,19	12 912	6,81	93,19
<i>Ocupante</i>	412 358	13,14	86,86	25 533	11,62	88,38
<i>Produtor sem área</i>	255 019	20,87	79,13	14 835	15,50	84,50

Fonte: Dados básicos: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. Elaboração das autoras.

Tabela 2. Número de estabelecimentos agropecuários e proporção, por condição do produtor, segundo o sexo da pessoa que o dirige – Brasil e Minas Gerais – 2006

Condição do Produtor	Brasil			Minas Gerais		
	Quant.	Sexo do Dirigente		Quant.	Sexo do Dirigente	
		Mulher %	Homem %		Mulher %	Homem %
<i>Total</i>	5 175 636	100,00	100,00	551 621	100,00	100,00
<i>Proprietário</i>	3 946 411	75,88	76,30	476 184	87,25	86,21
<i>Assentado sem titulação definitiva</i>	189 193	3,61	3,66	7 587	1,49	1,36
<i>Arrendatário</i>	230 121	2,45	4,74	14 570	0,91	2,85
<i>Parceiro</i>	142 534	1,70	2,91	12 912	1,48	2,44
<i>Ocupante</i>	412 358	8,26	7,93	25 533	5,00	4,58
<i>Produtor sem área</i>	255 019	8,11	4,46	14 835	3,87	2,55

Fonte: Dados básicos: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. Elaboração das autoras.

Os dados abaixo (TABELA 3) mostram que, quando proprietárias dos estabelecimentos agrícolas, as mulheres têm mais dificuldade em comprar suas terras. Em Minas Gerais, a principal forma de aquisição das terras pelas mulheres é por herança.

Tabela 3. Número de estabelecimentos agropecuários por forma de obtenção das terras, segundo o sexo do proprietário – Brasil e Minas Gerais – 2006

Forma de obtenção das terras	Brasil			Minas Gerais		
	Total	Masc. %	Fem. %	Total	Masc. %	Fem. %
Total	4 135 878	3 614 218	521 660	483 797	431 101	52 696
Compra de particular	2 418 441	2 185 571	232 870	286 049	265 873	20 176
Compra via crédito fundiário (cédula da terra, Banco da terra, etc.)	47 492	43 248	4 244	2 048	1 917	131
Titulação via reforma agrária, programa de reassentamento ou aguardando titulação	290 245	253 313	36 932	11 160	9 872	1 288
Herança	1 526 192	1 283 133	243 059	235 946	203 093	32 853
Doação particular	122 793	103 421	19 372	12 593	10 902	1 691
Usucapião	46 730	40 926	5 804	2 563	2 121	442
Outra forma	55 410	48 415	6 995	3 917	3 526	391
Não sabe	22 598	19 642	2 956	1 197	1 031	166

Fonte: Dados básicos: IBGE, Censo Agropecuário, 2006. Elaboração das autoras.

A tímida presença das mulheres como responsáveis pela família e unidade produtiva é reiterada pelos dados sobre sua participação como dirigentes dos estabelecimentos rurais. Segundo o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006), as mulheres dirigem 10,76% dos estabelecimentos agropecuários do Estado e 12,68% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Os dados, abaixo, mostram o envelhecimento das mulheres dirigentes e a tendência de masculinização das novas gerações citada por Nobre (2012, p.56).

Tabela 4. Proporção de mulheres dirigentes de estabelecimentos agropecuários por faixa etária – Brasil e em Minas Gerais – 2006

Faixa etária	Brasil	Minas Gerais
<i>Total</i>	12,68%	10,76%
<i>De 45 a menos de 55 anos</i>	12,06%	9,59%
<i>De 55 a menos de 65 anos</i>	13,96%	11,91%
<i>De 65 anos e mais</i>	16,94%	16,06%

Fonte: Dados básicos: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. Elaboração das autoras.

3 A agroecologia

Diferentemente das mulheres urbanas, as mulheres do campo têm que lutar não só contra o machismo, mas também contra a lógica do agronegócio: da produção em larga escala, com utilização de grande quantidade de defensivos e buscando o maior lucro possível. Nessa perspectiva, os movimentos, as cooperativas e as demais associações de mulheres do campo surgem como importantes ferramentas, buscando unir a luta das mulheres nesse âmbito à busca de uma forma mais justa de produção: a produção familiar e/ou agroecológica.

Ancorados no uso de venenos, uso irrestrito da água, transgênicos e degradação ambiental para uma produção exportadora em larga escala, os grandes latifundiários monocultores não somente tentam abarcar as pequenas terras dos agricultores e agricultoras, como também a economia dominante nesses negócios “desconsidera e inviabiliza a construção econômica das mulheres” (Di Sabatto, 2009).

Por isso, os movimentos de mulheres carregam consigo o combate às formas exploratórias do trabalho no campo e também da natureza. O fortalecimento da agricultura familiar torna-se pauta central e o papel das mulheres no resgate da cultura da produção caseira, orgânica e agroecológica é postulado como crucial. Além disso, apoiam a visão de que o alinhamento feminista e solidário enfrenta diretamente a economia de mercado:

A constituição de um campo que se posicionou como economia solidária foi extremamente importante por duas razões. A primeira é que deu uma resposta política a partir de uma visão crítica às propostas de empreendedorismo individual, competitivo, ancorado nos ativos individuais. Tornou-se um campo baseado na solidariedade, cooperação, reciprocidade e de afirmação, de que é necessário construir práticas contra hegemônicas a partir de outro paradigma. A segunda razão é que essa opção contribuiu para visibilizar em parte a economia realmente existente. Ou seja, desnaturalizou a visão de que a economia mercantil dominava todas as relações. (BUTTO, 2009)

Mas as práticas agroecológicas ainda não alcançaram todas as mulheres do campo. Geralmente, elas entram na vida das mulheres por iniciativa dos movimentos. Em uma percepção inicial das mulheres, a agroecologia é definida como prática associada à não adoção de veneno e defensivos agrícolas. Com o tempo, essas práticas se apresentam às mulheres de uma perspectiva mais ampla, de valorização de saberes agrícolas que constituem um novo modo de vida. Ou seja, uma perspectiva de desenvolvimento que incorpora as relações sociais, familiares, ambientais, culturais e políticas.

Destacam-se as citações aos bancos de sementes como forma de apoio à produção familiar agroecológica e a preservação de variedades nativas através da produção de sementes crioulas. No semiárido mineiro, a prática do canteiro econômico também merece destaque.

As questões de gênero tornam a ficar visíveis nesse contexto. Geralmente, a parte da propriedade rural que cabe às mulheres, a horta, é cultivada a partir da lógica agroecológica, e a que cabe aos homens é cultivada de forma tradicional. Na transição agroecológica, pode-se observar nos relatos das mulheres tanto percepções de descrença quanto de desconfiança da parte dos homens, em relação a apoiar essa forma de produção.

Apesar da grande resistência geralmente encontrada no interior das famílias, os movimentos contribuem para o suporte necessário para conseguir produzir, seguindo as práticas da agroecologia. Ao se inserirem em um coletivo de mulheres com problemas comuns, a organização política acaba por fornecer as ferramentas necessárias para suplantar as dificuldades advindas de sua condição de mulher, e, especialmente, de produtora rural. São cursos, acompanhamentos, assistências técnicas que fazem diferença para a transição da produção das mulheres para a produção agroecológica.

4 Formas de organização política

Diante da situação de grandes desigualdades enraizadas, a auto-organização das mulheres surge como resposta e forma de resistência às diversas opressões que lhes são impostas no dia a dia. Em especial, para as mulheres do campo que viram crescer os movimentos organizados de mulheres a partir dos anos 1980, na luta pelo enfrentamento das subordinações e na sua afirmação como agricultoras, sujeitos políticos dotados de direitos econômicos e sociais (BUTTO, 2010).

No entanto, os dados relativos à participação sindical são bastante tímidos. Em Minas Gerais, as mulheres representavam 39% dos trabalhadores rurais sindicalizados (segundo dados de 2006) e 11% de todos os trabalhadores sindicalizados no Estado (segundo dados de 2015).

Tabela 5. Pessoas de 18 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias e associadas a sindicato – Minas Gerais – 2006 e 2015

	2006			2015		
	Quant. (em 1.000)	Proporção em Relação ao Total	Proporção de Mulheres	Quant. em 1.000)	Proporção em Relação ao Total	Proporção de Mulheres
<i>Trabalhadores</i>	1579	100,00%	100,00%	1890	100,00%	100,00%
<i>Trab. Mulheres</i>	615	38,95%	38,95%	810	42,86%	42,86%
<i>Trab. rurais</i>	463	29,32%	100,00%	557	29,47%	100,00%
<i>Trab. Rurais Mulheres</i>	185	11,72%	39,96%	221	11,69%	39,68%

Fonte: Dados básicos: IBGE. Pesquisa de Amostra por Domicílios, 2006 e 2015. Elaboração das autoras.

Foi nos anos 1980 que as mulheres trabalhadoras rurais passaram a reivindicar e promover sua integração no movimento sindical e, conseqüentemente, as organizações sindicais passaram a se preocupar com as trabalhadoras e sua participação nas estruturas sindicais, surgindo, então, as primeiras comissões ou secretarias de mulheres das centrais sindicais. Em geral, elas tinham como intuito debater a discriminação no mercado de trabalho e a ampliação da atuação das mulheres nas organizações sindicais. Inauguram, assim, o debate sobre a divisão sexual do trabalho e as discriminações dela decorrentes, como a atribuição naturalizada de caráter complementar e de ajuda do trabalho feminino (PRADO, CAMPICI, PIMENTA, 2004, p. 304). Eles afirmam ainda que a pauta feminista evidenciou a diversidade existente na categoria “trabalhadores rurais”.

Nacionalmente, as mulheres se articulam pela primeira vez em 1985, por ocasião do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Belo Horizonte. Em Minas Gerais, a articulação das mulheres em torno do movimento e das lutas sindicais foi oficializada a partir de 1989, em função do

1º Encontro Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Das discussões ali realizadas, convergiram para a criação da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CEMTR) da Fetaemg.

Os principais temas debatidos, nesse momento, dizem respeito à realidade da mulher trabalhadora rural na família, no trabalho e no movimento sindical; às conquistas na CF/1988 (BRASIL, 1988) e a necessidade de fazer valer os direitos conquistados; a articulação das trabalhadoras rurais em mobilizações e atividades nacionais; o desenvolvimento de um trabalho consciente de conscientização, mobilização e organização; a necessidade de enfrentamento das mais diversas formas de discriminação e a democratização do espaço sindical.

Prado, Campici e Pimenta (2004) consideram que, antes da criação da CEMTR, as mulheres participavam ativamente da luta pela terra, mas de forma desarticulada e sem reconhecimento. Essa articulação deu início a um processo fundamental de construção de outro modelo de desenvolvimento para o campo que tome em consideração a dimensão do gênero.

O 2º Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais marcou a inserção das mulheres trabalhadoras rurais no espaço político formal de disputas e negociações. Nesse momento, apresentaram suas propostas e bandeiras de luta, indicaram uma trabalhadora para integrar a diretoria da Fetaemg e estabeleceram alianças e parcerias com a CUT, a Rede Mulher, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outros segmentos nascentes.

O principal desafio da CEMTR, nesse contexto, era o reconhecimento da mulher enquanto trabalhadora rural. Para isso, investe-se em atividades de formação e capacitação de lideranças e trabalhadoras rurais.

Ao longo dos anos 1990, o debate continua. O eixo principal, nesse momento, é a mudança das relações sociais no campo. Os resultados dessa década são tímidos, quanto à participação das mulheres nos espaços de poder dos sindicatos, segundo Thome (2012). O percentual de sindicatos presididos por mulheres em todo o Brasil, que era de 6% em 1992, chega a 10% em 2000 (THOME, 2012, p.24). As diferenças entre os sexos são observadas não somente nos números, mas também nos tipos de cargos ocupados por mulheres e homens. As mulheres continuam ocupando nos sindicatos cargos relacionados ao cuidado, trabalho tipicamente feminino, ficando para

os homens os cargos mais valorizados ou que geram maior capital político.

Algumas centrais sindicais “estipularam medidas de discriminação positiva para combater a ausência de mulheres em seus órgãos de deliberação na década de noventa: CUT, CTB, UGT e Força Sindical” (THOME, 2012, p.24), como a cota mínima. Essa iniciativa não foi suficiente para romper as barreiras. Com efeito, a presente pesquisa reitera o observado por essa autora, que destaca a ausência de mulheres nos cargos de presidência, tesouraria ou secretaria geral de organizações sindicais e presença das mesmas em cargos voltados para a própria mulher, relações de trabalho, raça, direitos humanos, formação e cultura, dentre outros. Na verdade, a legislação brasileira que impôs cotas nas diretorias dos sindicatos estimulou convites às mulheres que se destacavam como lideranças comunitárias, mas muitas apontam que a presença das mulheres nos sindicatos ainda enfrenta o preconceito e o machismo. Elas acabam, então, ocupando posições secundárias.

Assim, a participação das mulheres no movimento sindical ainda hoje enfrenta os seguintes problemas:

- a. manutenção de uma concepção que identifica os trabalhadores como um conjunto homogêneo, com os mesmos interesses e reivindicações, sob o argumento de que a questão de gênero atomiza a luta de classes;
- b. organização do sindicato baseada no cotidiano masculino, ou seja, não leva em conta as tarefas domésticas e outras condições desfavoráveis a participação da mulher na vida sindical. Continuam a não ter creches em eventos sindicais ou estipulam horários para a atividade sindical incompatíveis com a dupla jornada exercida pela mulher;
- c. o espaço sindical se mantém essencialmente masculino em termos de dinâmica de participação, discursos, linguagens e usos do tempo, exigindo que as mulheres se adaptem a esses esquemas.

Diante dessa perspectiva, outros movimentos e formas de organização política ganham relevância na construção do papel público e da autonomia das mulheres rurais. Assim como anteriormente mencionado, também contribuem para trazer à tona questionamentos quanto à chefia das famílias e ao acesso a terra e à renda, relações marcadas pelos conflitos de gênero, que no campo se acentuam.

Os movimentos de mulheres rurais apresentam importante capacidade de organização e reivindicação e variam desde grupos menores de influência local como as associações, cooperativas e organizações, até os maiores e mais influentes no nível nacional, como as edições da Marcha das Margaridas e os diversos acampamentos e mobilizações das mulheres do Movimento Sem Terra e do Movimento de Mulheres Camponesas. Ainda nos anos 1980, as reivindicações já passavam pelo reconhecimento das mulheres rurais como agricultoras, trabalhadoras cidadãs, destacando-se atualmente a redefinição do espaço da agricultura familiar como pilar da soberania alimentar da população brasileira. Nesse contexto, é resgatado o papel histórico das mulheres camponesas no campo, tanto para a diversificação da produção, quanto para a manutenção da biodiversidade e do enfrentamento do agronegócio (Di Sabato, 2009).

Seja como for, de modo geral, essas formas de organização política são importantes para as mulheres, porque contribuem para o estabelecimento de políticas públicas para as mulheres e têm função normativa. A pesquisa de Amorim (2012) evidencia, nesse sentido, a tendência de que, quanto mais participam dos movimentos sindicais, mais as mulheres conseguem acessar as políticas públicas.

Também evidencia que a participação sindical serve para legitimar os direitos de igualdade, garantindo que as mulheres participem do espaço político. Ao participarem de processos de tomada de decisões fora do ambiente doméstico, as mulheres são estimuladas a assumir o controle de suas próprias vidas (AMORIM, 2012). A participação em organizações políticas aumenta o empoderamento das mulheres, pois proporciona o aumento do capital político das mulheres, funcionando como espaços de reagrupamento e de treinamento para a participação em espaços mais amplos (THOME, 2012, p.21).

Dito de outro modo, os movimentos de mulheres no campo ampliam o círculo de amigas das participantes, gerando interdependência entre elas e crescimento conjunto. Dessa forma, o acesso a direitos e a políticas públicas também aumenta e o enfrentamento das desigualdades ganha força. Afinal,

Quando as mulheres se organizam e se colocam como um sujeito político coletivo, elas desafiam as estruturas hierárquicas e inventam novas possibilidades não só para elas, mas para toda a sociedade, pois trazem para o

campo da política importantes questões que estavam invisibilizadas, tratadas como sendo do aspecto pessoal ou do privado, como as relações de afeto, a relação com o corpo ou a sexualidade, além do trabalho doméstico e de cuidado. Este sistema se baseia em relações de poder dos homens como grupo social sobre as mulheres. Portanto, reverter essas desigualdades implica em mudar a correlação de forças que as sustentam. Quando as mulheres se organizam e se colocam como um sujeito político coletivo, elas desafiam as estruturas hierárquicas e inventam novas possibilidades não só para elas, mas para toda a sociedade, pois trazem para o campo da política importantes questões que estavam invisibilizadas, tratadas como sendo do aspecto pessoal ou do privado, como as relações de afeto, a relação com o corpo ou a sexualidade, além do trabalho doméstico e de cuidado (Butto, 2014).

Assim, a participação social e política das mulheres do campo avança gradativamente. Nossa pesquisa constata que a entrada nos movimentos ocorre de diversas formas. Porém, é interessante destacar que, segundo a maioria das entrevistadas, o início da participação política ocorre pelo movimento de mulheres, que, geralmente, abre os caminhos para participação em outras esferas. Ao se engajarem em determinado movimento, além de começarem a constituir uma rede, passam a fazer, participar e militar em outros campos: sindicatos, associações de bairro etc.

Em contrapartida, são percebidas ainda muitas dificuldades enfrentadas pelas mulheres do campo em torno de sua auto-organização. Algumas delas perpassam as condições de vida das mulheres rurais:

As dificuldades que as mulheres encontram e enfrentam – limitadoras de um bom funcionamento dos grupos produtivos – dizem respeito, em primeiro lugar, às condições dos grupos (ausência de sede, não legalização). Em segundo, as condições dos assentamentos, tais como a precariedade dos transportes para comercialização e reuniões, e, em terceiro, à falta de instrumentos de trabalho adequados (BUTTO, 2009).

Além disso, a qualificação das mulheres para gestão dos próprios grupos e do acesso a políticas públicas ainda é pequena (SEMPREVIVA..., 2016).

Em suma, o desafio de construir a identidade coletiva de trabalhadora rural é um movimento individual e coletivo. Estende-se a lugares para além do sindicato, incluindo a família, a comunidade rural e outros espaços e organizações públicas e privadas. O reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais não tem efeitos limitados ao domínio do trabalho,

estende-se às demais relações sociais. Assim, passa por compatibilizar os papéis de trabalhadora e de cuidadora, que se coloca de modo muito mais marcado para a mulher do campo (PRADO; CAMPICI; PIMENTA, 2004, p.314).

5 Políticas públicas para a mulher do campo

Homens e mulheres não possuem igual acesso às políticas públicas e essa extensão para o campo é ainda mais grave. Fruto das diversas lutas dos movimentos de mulheres, diversas ações foram criadas pelo Governo Federal a partir de 2003, buscando incidir sobre essa realidade, especialmente com os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres:

O Plano contém ações capazes de gerar autonomia econômica, mediante a individualização de direitos, quebrando assim a tradição familista, que historicamente marcou a ação do Estado, e estimulando uma inserção soberana das mulheres na família, na economia e na participação cidadã. (BUTTO, 2009).

Se, por um lado, a luta das mulheres rurais fundamentou-se no acesso à renda, a autonomia das mulheres do campo passa também pela garantia de acesso à propriedade da terra e pelo acesso a políticas públicas destinadas ao campo, como assistência técnica, entre outras (Di Sabatto, 2009, p.25). Nesse sentido, foram propostas ações de grande relevância, a começar pela titulação conjunta, reconhecendo o direito das mulheres à documentação, pois até então apenas os homens eram considerados como representantes dos interesses do conjunto familiar. Além disso, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em específico o Pronaf Mulher, que cumpriu papel significativo nos processos de acesso ao crédito, demandando que um mínimo de 30% dos empréstimos fossem direcionados para as mulheres. Também, programas de fomento à produção sustentável, à comercialização e à assistência técnica, específicos para as mulheres rurais podem ser citados.

Ainda assim, o acesso às políticas é restrito. Se por um lado o programa Bolsa Família, o Pronaf e várias ações específicas de assistência técnica e de instrumentalização (caixas d'água, bomba d'água, mangueiras, sementes, arados, dentre outros) são apontados como fontes de apoio importantes para o trabalho no campo. Por outro lado, as entrevistadas tecem um conjunto de dificuldades ainda encontradas para se beneficiarem das políticas para o campo, inclusive, àquelas dirigidas especialmente ao público rural feminino.

Em primeiro lugar, elas chamam atenção para o fato de que a política que não é específica para as mulheres camponesas, ou seja, que é dirigida para homens e mulheres do campo, indiscriminadamente, muitas vezes condiciona o acesso das mulheres a um atrelamento aos homens. Como exemplos são citados o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e o PRONAF. Nesse caso destaca-se a aquisição da DAP.

Além disso, também há problemas de acesso com relação às políticas específicas para as mulheres do campo. A principal delas, o Pronaf Mulher é considerado de difícil acesso. A informação sobre o mesmo é precária e os depoimentos apontam que os agentes públicos insistem para que procurem pelo Pronaf, sem mesmo chegar a explicar as condições do Pronaf Mulher. Ademais, o programa condicionaria o empréstimo a situações específicas, geralmente consideradas como “tipicamente femininas”: costura, quitanda etc. Ou seja, haveria grande dificuldade para a mulher acessar o Pronaf Mulher com o objetivo de investir na lavoura ou plantação. Por fim, uma maior burocracia para acessá-lo, em comparação com o Pronaf “genérico”, torna-se mais um desestímulo para que as mulheres o demandem e se candidatem a ele.

Junto à discussão sobre o Pronaf vem a discussão sobre a DAP, uma vez que o Pronaf é para a unidade familiar. Essa característica impõe restrições à mulher, que precisa disputar com o marido o valor disponibilizado para a família. Isso limita sua autonomia decisória na condução das atividades produtivas sob sua responsabilidade. Numa realidade em que a família é um espaço de poder desigual, dominado por cultura de poder patriarcal e machista, o formato do programa acaba por restringir as possibilidades de acesso da mulher ao crédito.

No que diz respeito à assistência técnica, os relatos apontam para um distanciamento da Emater. A falta de assistência técnica, a indisponibilidade dos técnicos para os esclarecimentos necessários, a impossibilidade dos técnicos os orientarem na redação de projetos para captação de recursos, o volume de trabalho dos técnicos entre outros apontam para a necessidade de revisão das atividades de extensão rural, seja quanto ao tipo de apoio ofertado, seja quanto ao reconhecimento da mulher como trabalhadora rural autônoma.

Por fim, é importante falar dos programas de aquisição de produtos da agricultura familiar, como o PAA. Apesar de alvejarem uma questão crítica para essas mulheres, a comercialização, ainda são de difícil acesso para elas, seja pela dificuldade de preencher as formalidades exigidas ou pela inexistência de infraestrutura mínima para viabilizar o escoamento da produção, mesmo que seja até a cidade vizinha.

Finalmente, a baixa escolaridade de muitas das mulheres também é apontada como um importante dificultador para o acesso às políticas públicas. Muitos programas exigem a elaboração de projetos e preenchimento de formulários. Muitas não dispõem da formação necessária e não conseguem apoio nos órgãos governamentais para fazê-lo. Dependem, portanto, de pessoas que possuam essas capacidades e que estejam dispostas a apoiá-las.

Em suma, se, nos últimos anos, pode-se tributar a essas políticas um início de melhoras no que se refere à posição econômica das mulheres rurais – diminuiu a proporção de mulheres ocupadas sem remuneração e houve sensível elevação da renda das mulheres do campo –, ainda é muito grande o número de mulheres que trabalha sem auferir renda e, nesse conjunto, muitas ainda trabalham apenas em troca de casa ou comida. Além disso, a participação das mulheres nas atividades para autoconsumo ainda é bastante elevada (DI SABBATO, 2009).

Assim, a construção de políticas públicas para as mulheres do campo deve se constituir como parte de uma estratégia integrada de acesso à cidadania, promoção da autonomia e participação política. Nesse processo, a implementação dessas políticas ainda necessita de grande aprimoramento para dar conta de promover a visibilidade das mulheres rurais e de seu trabalho assim como de captar e apoiar seu modo de vida e sua produção.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Érika Oliveira. *A filiação sindical rural da mulher: fator de empoderamento?* Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: ???
- BUTTO, Andréa Z. et alii (orgs). *Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania*. Brasília: MDA, 2014. 128 p. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sites/mda/sites/sitemda/files/anexos/AutonomiaMulheres_RuraisSite.pdf> Acesso em: 5 set. 2016
- BUTTO, Andréa Z. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Brasília, v. 2, n. 1, p.89-100, dez. 2010. Mensal. Disponível em: <<http://www.observatoriodogenero.gov.br/menu/publicacoes>>. Acesso em: 5 set. 2016.
- DI SABATTO, Alberto et alii. *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009. 168 p. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/anexos/Livro_Estatisticas_Rurais_e_a_Economia_Feminista_0.pdf>. Acesso em: 5 set. 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao/caracteristicas-dos-produtores-agropecuarios>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2006*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2010*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2015*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad>
- NÓBRE, Miriam. *Censo Agropecuário 2006 - Brasil: uma análise de gênero*. In: BUTTO, Andrea, DANTAS, Isolda e HORA, Karla. *As mulheres nas estatísticas agropecuárias - experiências em países do Sul*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. p.41-118.

PRADO, Marco Aurélio M.; CAMPICI, Carmelia de Paula E.; PIMENTA, Sara Deolinda. Identidade coletiva e política na trajetória de organização das trabalhadoras rurais de Minas Gerais: para uma psicologia das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v.10, n.16, p. 298-317, dez. 2004.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Mulheres do campo construindo autonomia: experiências de comercialização*. São Paulo: Pigma, 2016. 36 p. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/2016/03/15/mulheres-do-campo-construindo-autonomia/>>. Acesso em: 26 set. 2016.

THOME, Candy Florêncio. *O princípio da igualdade de gênero e a participação das mulheres nas organizações sindicais de trabalhadores*. Tese (Doutorado em Direito do Trabalho e Seguridade Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/.../Resumo_Tese_CandyFlorencioThome.pdf>. Acesso em: 6 set. 2016.